

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 001/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2017

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de São Pedro da Cipa-MT, composta pelos Membros: Marluce Mendes Pereira-Presidente; Cristiani Campos Silva Souza-Secretaria e Silvana Ferreira da Silva -Membro, constituída por ato do Presidente da Câmara de Vereadores Senhor Carlos Eduardo Alves Queiroz, através da Portaria nº.141/2017, sob a presidência do primeiro, no exercício de sua atribuição legal, resolve instaurar o presente Processo Administrativo de Dispensa de Licitação para, **serviços técnicos especializados em Assessoria Jurídica, ficando responsável por formular petições, acompanhar processos judiciais, emitir Pareceres em Projetos e licitações, elaboração de Projetos, outros serviços de natureza jurídica partindo do seguinte princípio:**

CONSIDERANDO o disposto no artigo 24 inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores;

Considerando ainda o disposto no Artigo 2 da Lei Municipal nº 481/2015 de 11 de março de 2015, que altera os valores das modalidades licitatórias;

CONSIDERANDO, que a Câmara Municipal de São Pedro da Cipa não dispõe de funcionário efetivo para realização dos serviços em questão, e ainda que houve deflagração de concurso público para provimento da vaga, e que não houve aprovado.

CONCLUIU a Comissão Permanente de Licitação, que seria dispensável a realização de Licitação, para contratação de Pessoa Jurídica, já que não ultrapassou o valor estimado por lei municipal para esta modalidade de licitação, atendendo a autorização do Presidente da Câmara de Vereadores para a deflagração do processo.

A Comissão Permanente de Licitação, concluiu também, verificando as propostas apresentadas, que, o objeto obedece ao preço de mercado e ao princípio da maior

vantagem para administração pública municipal e considera-se a aquisição caracterizada pela necessidade de atendimento da situação.

1- OBJETO

O presente contrato tem por objeto a para **serviços técnicos especializados em Assessoria Jurídica, ficando responsável por formular petições, acompanhar processos judiciais, emitir Pareceres em projetos e licitações, elaboração de Projetos, outros serviços de natureza jurídica.**

2 – DA CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A aquisição do objeto acima especificado nas condições determinadas, configura-se como o mais conveniente para a Administração Pública Municipal, posto que possibilita ao Gestor Público cumprir com os Princípios da austeridade, responsabilidade, impessoalidade e controle dos gastos públicos, evitando desperdícios de recursos, o que certamente acarretará a redução de custos para o erário.

3 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento contratual reger-se-á pelas disposições expressas na Lei Federal de nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações, e Artigo 2 da Lei Municipal nº 481/2015 de 11 de março de 2015, e pelo preceito de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos, legislação aplicável.

O objetivo da **Licitação** Pública está contextualizado no próprio texto da Lei, que preconiza como finalidade precípua do **processo** licitatório, evidentemente, que respeitando os preceitos constitucionais e infraconstitucionais que regem a boa gestão da coisa pública.

O art. 3º da Lei 8.666/93, diz que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para

Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Evidentemente, todo e qualquer processo de licitação pública constitui um ônus ao erário, entretanto, se configura necessário para garantir que serão cumpridos vários princípios, entre eles, o da igualdade de condições e da economicidade.

Todavia, a própria legislação prevê, em casos específicos, a exceção ao princípio da universalidade da licitação pública, desde que comprovada à vantagem para Administração Pública, sem preterimento de direitos.

É o caso do presente procedimento, que se apresenta mais apropriado para o Município de São Pedro da Cipa, sem, contudo constituir-se em objeto de reclamação ou de impugnação.

4 – DA CONCLUSÃO

De tudo que foi exposto, conclui-se que a contratação da empresa para atender ao objeto, de forma direta, pelos motivos já justificados, constitui-se necessários e econômicos para o Município.

5 – DA DECRETAÇÃO FORMAL DA DISPENSA DA LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação, no entendimento de que a para contratação de **serviços técnicos especializados em Assessoria Jurídica, ficando responsável por formular petições, acompanhar processos judiciais, emitir Pareceres em Projetos e licitações, elaboração de Projetos, outros serviços de natureza jurídica**, não fere aos princípios básicos que norteiam a administração pública.

Com Tais fundamentos, DECRETAM a Dispensa de Licitação Pública para aquisição do objeto descrito neste.

6 – DA RATIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações e Contratos, remeta-se o presente processo à apreciação da autoridade superior, no caso, o Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal , para ratificação no prazo máximo de 03 (três) dias.

7 – DA PUBLICAÇÃO

Em cumprimento ao que determina o princípio da publicidade dos atos administrativos, determina a Comissão Permanente de Licitações que seja publicado em mural da Câmara Municipal, extrato do presente processo.

8 - DA CONTRATAÇÃO

Cumpridas tais formalidades, em face da decretação formal da Dispensa de Licitação, para contratação do objeto, já especificados no presente instrumento, a Comissão Permanente de Licitação procederá à formalização de todo processo, inclusive com a expedição de todos os documentos necessários.

E por fim, nada mais havendo para registrar, determinou a Presidente da Comissão Permanente de Licitação, que lavrasse o presente termo que segue assinado pelos membros que compõem a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de São Pedro da Cipa, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito jurídico.

São Pedro da Cipa, 06 de Fevereiro de 2017.

Marluce Mendes Pereira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Cristiani Campos Silva Souza
Secretária da Comissão Permanente de Licitação

Silvana Ferreira da Silva
Membro da Comissão Permanente de Licitação

AUTORIZAÇÃO

O Presidente da Câmara de Vereadores São Pedro da Cipa, Estado de Mato Grosso, Sr. Carlos Eduardo Alves Queiroz, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO a solicitação encaminhada ao Setor de Licitações e Contratos, através da solicitação, em que solicita Justificadamente a contratação de **serviços técnicos especializados em Assessoria Jurídica, ficando responsável por formular petições, acompanhar processos judiciais, emitir Pareceres em Projetos e licitações, elaboração de Projetos, outros serviços de natureza jurídica** ao valor global de R\$ 18.000,00(dezoito mil reais)

CONSIDERANDO a conveniência e as condições de contratação

1-AUTORIZA a contratação de **serviços técnicos especializados em Assessoria Jurídica, ficando responsável por formular petições, acompanhar processos judiciais, emitir Pareceres em Projetos e licitações, elaboração de Projetos, outros serviços de natureza jurídica** ao valor global de R\$ 18.000,00(dezoito mil reais)

2-ENCAMINHE-SE ao Setor de Licitações para as demais providências cabíveis à espécie.

3-CUMPRA-SE, dando ciência.

São Pedro da Cipa-MT, 07 de Fevereiro de 2017.

Carlos Eduardo Alves Queiroz
Presidente da Câmara Municipal de São Pedro da Cipa

DESPACHO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

PROCESSO N.º 001/2017

OBJETO: “contratação de **serviços técnicos especializados em Assessoria Jurídica, ficando responsável por formular petições, acompanhar processos judiciais, emitir Pareceres em Projetos e licitações, elaboração de Projetos, outros serviços de natureza jurídica** ao valor global de R\$ 18.000,00(dezoito mil reais).

A Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria N.º 041/2017, de 02/02/2017, em conformidade com as peças/autos do Processo em epígrafe, bem como e especialmente o despacho autorizativo do Presidente da Câmara de Vereadores, declara instaurada a Dispensa de Licitação nº 001/2017 – Processo Administrativo nº. 001/2017.

Providencie-se:

- 1-Publicação do Aviso de Dispensa de Licitação nº 001/2017 no quadro de aviso da Câmara Municipal.
- 2-Afixação do mesmo Aviso em lugar de amplo acesso público;
- 3-Contato com os contratados;
- 4-Contrato de prestação de serviços, conforme discriminado nos autos do processo.
- 5-Cumpra-se dando ciência.

São Pedro da Cipa-MT, 08 de Fevereiro 2017.

Marluce Mendes Pereira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Cristiani Campos Silva Souza
Secretária da Comissão Permanente de Licitação

Silvana Ferreira da Silva
Membro da Comissão Permanente de Licitação

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2017

A Câmara Municipal de São Pedro da Cipa-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a Dispensa de Licitação tendo por objeto:“ contratação de **serviços técnicos especializados em Assessoria Jurídica, ficando responsável por formular petições, acompanhar processos judiciais, emitir Pareceres em Projetos e licitações, elaboração de Projetos, outros serviços de natureza jurídica** ao valor global de R\$ 18.000,00(dezoito mil reais), tendo como fundamento o disposto no Art. 24, II, da Lei 8666/93.

São Pedro da Cipa/MT, 08 de Fevereiro de 2017.

Marluce Mendes Pereira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

RESUMO

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º001/2017

DISPENSA: 001/2017

OBJETO: “contratação de **serviços técnicos especializados em Assessoria Jurídica, ficando responsável por formular petições, acompanhar processos judiciais, emitir Pareceres em Projetos e licitações, elaboração de Projetos, outros serviços de natureza jurídica** ao valor global de R\$ 18.000,00(dezoito mil reais)”

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: CARLOS EDUARDO ALVES QUEIROZ
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

CONTRATADO: SCHNEIDER E MUNHOZ ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ 22.807.196/0001-63

SOLICITAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

OBJETO: “contratação de **serviços técnicos especializados em Assessoria Jurídica, ficando responsável por formular petições, acompanhar processos judiciais, emitir Pareceres em Projetos e licitações, elaboração de Projetos, outros serviços de natureza jurídica** ao valor global de R\$ 18.000,00(dezoito mil reais)”

PRAZO: 11(ONZE) **meses**, com início a partir da ordem de serviço.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: As despesas com pagamento do referido objeto, estão previstos na dotação orçamentária abaixo descrita:

DOTAÇÃO	UNIDADE
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA: 001/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 001/2017

OBJETO: “Contratação de serviços técnicos especializados em Assessoria Jurídica, ficando responsável por formular petições, acompanhar processos judiciais, emitir Pareceres em Projetos e licitações, elaboração de Projetos, outros serviços de natureza jurídica”.

VALOR GLOBAL: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA-MT

CONTRATADO: SCHNEIDER E MUNHOZ ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ 22.807.196/0001-63

PRAZO: 11 (ONZE) MESES

São Pedro da Cipa-MT, em 10 de Fevereiro de 2017.

CARLOS EDUARDO ALVES QUEIROZ

Presidente da Câmara Municipal de São Pedro da Cipa-MT

PARECER DO SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO

O Sistema de Controle Interno, no uso de suas atribuições, após a análise do Processo de Dispensa nº.001/2017, emite parecer favorável pela realização da despesa, haja vista terem sido cumpridos todos os procedimentos necessários à sua legalização, sendo que, foram atendidos os pressupostos existentes na os dispositivos legais estabelecidos pela Lei 8666/93 e demais disposições aplicáveis à matéria.

Outrossim, fora certificado a correta externização dos atos administrativos, com a correta publicação em local próprio.

Em assim sendo, somos favoráveis à realização da despesa.

São Pedro da Cipa-MT, em 09 de Fevereiro de 2017.

Luzinete Nunes Ponce Queiroz
Controladora Interna

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO Nº 001/2017

DISPENSA N.º 001/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Pedro da Cipa, Estado de Mato Grosso, Sr. **CARLOS EDUARDO ALVES QUEIROZ**, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO os dispositivos legais estabelecidos pela Lei 8666/93, especialmente em seu Artigo 24, Inciso II;

CONSIDERANDO ainda o disposto no Artigo 2 da Lei Municipal nº 481/2015 de 11 de março de 2015, que altera os valores das modalidades licitatórias;

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo Administrativo nº 001/2017 – DISPENSA N.º 001/2017 e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação,

ADJUDICO o objeto da aludida Licitação a empresa **SCHNEIDER E MUNHOZ ADVOGADOS ASSOCIADOS** ao valor global de R\$ 18.000,00(dezoito mil reais).

São Pedro da Cipa-MT, 10 de Fevereiro de 2017.

Carlos Eduardo Alves Queiroz
Presidente da Câmara Municipal de São Pedro da Cipa

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO N° 001/2017

DISPENSA N.º 001/2017

O Presidente da Câmara de Vereadores de São Pedro da Cipa, Estado de Mato Grosso, Sr. **CARLOS EDUARDO ALVES QUEIROZ**, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO os dispositivos legais estabelecidos pela Lei 8666/93, especialmente em seu Artigo 24, Inciso I;

Considerando o que consta nos autos do Processo Administrativo n.º 001/2017 – DISPENSA N.º 001/2017 e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, HOMOLOGO o aludido Certame a empresa **SCHNEIDER E MUNHOZ ADVOGADOS ASSOCIADOS** ao valor global de R\$ 18.000,00(dezoito mil reais).

São Pedro da Cipa-MT, 10 de Fevereiro de 2017.

Carlos Eduardo Alves Queiroz
Presidente da Câmara Municipal de São Pedro da Cipa